

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DE RIO DAS OSTRAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANDREIA MOTTA DE BARCELLOS

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA
EDUCAÇÃO NO NEOLIBERALISMO**

RIO DAS OSTRAS
2018

ANDREIA MOTTA DE BARCELLOS

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA
EDUCAÇÃO NO NEOLIBERALISMO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientação

Profa. Ms. Ionara dos Santos Fernandes

RIO DAS OSTRAS - RJ

2018

ANDREIA MOTTA DE BARCELLOS

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA
EDUCAÇÃO NO NEOLIBERALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal
Fluminense – Pólo Universitário de Rio das Ostras,
como requisito parcial para obtenção do Grau de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profª. Ms. Ionara dos Santos Fernandes – Orientadora UFF/PURO

Prof. Dr. Edson Teixeira da Silva Junior – UFF/PURO

Profª Ms. Camila Nunes de Oliveira - UFF/PURO

Dedico este trabalho à minha família, pelo apoio incondicional em minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui.

Aos meus pais, Geraldo de Barcellos (in memoriam) e Nilda Mota de Barcellos pelo incentivo e força que sempre me proporcionaram.

Aos meus três queridos filhos, Thamires, Thaiza e Thalles Motta, grande incentivadores em toda a minha vida.

Aos meus queridos e amados irmãos, por acreditarem em mim.

Aos meus amigos, em especial Graça de Maria, Josimária Cordeiro e Andressa Paraquett – apoio incondicional desde o início dessacaminhada.

Aos professores e orientadores que fizeram parte da minha formação.

E ao meu supervisor de estágio Aclésio Siqueira, que de forma crítica e construtiva me fez compreender a real razão em me tornar uma Assistente Social.

A teoria sem a prática vira “verbalismo”, assim como a prática sem a teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.

Paulo Freire

RESUMO

Neste trabalho traremos à reflexão a importância do Serviço Social na Educação. Educação esta que é garantida como direito universal na Constituição Federal de 1988, e se encontra ainda mais limitada e comprometida diante do ideário neoliberal. São muitos os desafios postos aos Assistentes Sociais quando inseridos na área educacional, torna-se de suma necessidade a intervenção deste profissional diante das expressões da questão social que estão cada vez mais visíveis no âmbito educacional. O Assistente Social torna-se um profissional indispensável no enfrentamento das demandas que surgem com a questão social na área da educação.

Palavras chave: Educação; Neoliberalismo; Serviço Social; Trabalho Profissional.

ABSTRACT

In this work we will bring to the reflection the importance of Social Service in Education. Education is guaranteed as a universal right in the Federal Constitution of 1988, and is even more limited and compromised in the face of neoliberal ideology. There are many challenges to social workers when inserted in the educational area, it becomes very necessary the intervention of this professional before the expressions of the social question that are increasingly visible in the educational field. The Social Worker becomes an indispensable professional in facing the demands that arise with the social question in the area of education.

Key words: Education; Neoliberalism; Social Work; Work Professional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I- .NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO.....	13
1.1- Educação: breves considerações históricas.....	13
1.2- Formulações neoliberais e o impacto da lógica do capital sobre a educação.....	18
1.3- Questão social e suas expressões na educação.....	28
CAPÍTULO II - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DEMANDAS E ENFRENTAMENTOS.....	31
2.1- Aspectos históricos do surgimento da profissão e o projeto que defendemos...31	
2.2- O trabalho e o espaço de atuação da/o Assistente Social.....	35
2.3- A inserção do Serviço Social na educação: a discussão no âmbito da categoria profissional.....	38
2.4- Os desafios postos ao Serviço Social na educação.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

INTRODUÇÃO

A partir de uma perspectiva que apreende a realidade em constante movimento e transformações, onde tudo se relaciona dialeticamente, buscamos compreender como se articula o Serviço Social e a educação. Considerando o cenário ideológico-político e socioeconômico no mundo cuja processualidade histórica considera a sociedade uma contradição estrutural baseada no antagonismo de classe (burguesia e proletariado) que possuem projetos societários bem distintos.

Com isso, faremos uma reflexão sobre a educação no neoliberalismo, este apresenta suas ideias e medidas básicas adotadas pelos ajustes de sua doutrina e conseqüentemente impacta na garantia dos direitos, principalmente no direito à educação. Percebemos o neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas que defende a não participação do Estado na economia, em seu discurso sobre a educação, esta deixa de ser parte do campo social e político para ingressar na lógica do mercado.

Entendemos que a escola é o espaço social privilegiado da educação, processo ensino- aprendizagem. Sendo assim, a educação é considerada como um ato de desenvolvimento baseado na convivência humana através de processos didáticos e metodológicos. O processo educacional é visto como uma frequente relação de troca de conhecimento entre indivíduos e ao meio que a ele pertence, desenvolvendo habilidades diversas, como, cognitivo, afetivo, sociais e políticos. Essa forma a escola precisa estar amparada por um trabalho que respeite a realidade social, cultural e econômica de seus alunos.

Entretanto, este trabalho de reconhecimento da realidade social do aluno, está para além da sala de aula. Essa busca exige a participação de um profissional capacitado, e o Serviço Social através dos profissionais, Assistentes Sociais, destacam-se por atuarem no meio social dos alunos e suas famílias, fortalecendo vínculos e atuando na perspectiva da garantia de direitos.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo trazer para reflexão a relação entre a Educação e o Serviço Social. Assim, no primeiro capítulo faremos algumas considerações históricas sobre a educação no Brasil, o impacto do neoliberalismo na educação brasileira e suas expressões em relação a questão social. No segundo

capítulo, vamos trazer o contexto histórico da educação com o Serviço Social, refletindo assim sobre os desafios que estão colocados na contemporaneidade para o Serviço Social em instituições educacionais.

Capítulo I - NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO.

1.1- EDUCAÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Desde a formação do Brasil, sofremos com a falta de estrutura e investimento na área da educação. Temos também aliado à essa situação os componentes históricos e os problemas do modelo pedagógica adotado. Nosso país adotou e adota a pedagogia tradicional (mitos fonéticos) e a escola nova (construtivismo).

Segundo Xavier (1992), “De um lado está a escola tradicional aquela que dirige, que modela que e “comprometida”; de outro está a escola nova, a verdadeira escola, a que não dirige mais abre ao humano todas as suas possibilidades de ser. E portanto, “descompromissada”. E o produzir contra o deixar de ser; e a escola escravizadora contra a escola libertadora; e o compromisso dos tradicionais que deve ceder lugar a neutralidade dos jovens educadores esclarecido”. (Xavier, 1992, p.3).

Temos a impressão que o problema da nossa deficiência educacional está resumida no problema de rigidez do modelo tradicional de ensino, mais aprofundando os estudos constatamos que a péssima qualidade de ensino nas escolas do Brasil acontece na sua grande maioria pela falta de estrutura. Falar da história da educação nos remete a nossa colonização, quando os primeiros padres Jesuítas chegaram aqui iniciando uma fase que deixou marcas profundas na cultura e na civilização do nosso país. Eles eram movidos por sentimentos religiosos, propagavam a fé cristã. Os jesuítas foram considerados os únicos educadores no Brasil por mais de 200 anos. Fundaram várias escolas secundárias, chegando a organizar uma rede de colégio reconhecido até hoje.

A chegada da Família Real ao Brasil Colônia, deu um impulso à educação e a cultura, fez surgir instituições culturais e científicas, cursos técnicos e os primeiros cursos superiores. A obra educacional de D. João I, na verdade era voltada para as necessidades da corte portuguesa, que se encontravam no Brasil. O objetivo desses cursos e aulas ministradas eram atender as demandas da formação profissional da corte, dando continuidade a marginalização do Ensino Primário. Quando o Brasil conquistou sua independência em 1822, ocorreram mudanças tanto no sócio-político quanto no econômico, refletindo como não poderia deixar de ser, na política

educacional. Em 1823, a eleição universal e a educação popular se unem, uma baseada na outra, fazendo assim surgir várias ideias, uma delas, a criação de universidade no Brasil. Todo esse movimento faz com que o Império, na constituição de 1824, se comprometa em “assegurar instrução primária e gratuita a todo cidadão”.

Foi em 15 de outubro de 1827, envolvida pelos três poderes que foi promulgada a Lei que determinou a criação de escolas primárias em todas as cidades e vilarejos. Segundo alguns pesquisadores esta, teria sido a “Lei Áurea” da educação básica, se tivesse sido realmente implementada. Em 1834, um ato adicional comprometeu definitivamente o futuro da educação básica, delegando às províncias o “privilégio” de legislar sobre a educação primária, possibilitando assim que o governo central se afastasse da responsabilidade de assegurar a educação básica no país.

A República manteve a descentralização da educação básica, o governo central encontrava-se impedido de assumir posições estratégicas e coordenar políticas de universalização do ensino fundamental, como se passava na Europa, Estados Unidos e Japão, ao contrário disso, a distância entre a elite e a camada popular se tornava cada vez maior.

Na década de 1920 após a Primeira Guerra Mundial, se instala uma nova visão no setor econômico, cultural e político, logo, o Brasil repensa mudanças em diversos setores sociais, e o setor educacional participa desse movimento. No âmbito Estadual ocorrem diversas mudanças no ensino primário, e nesse momento surge a primeira geração de educadores. Alguns desses educadores lideraram um movimento para implantar no Brasil as ideias da Escola Nova. Os líderes desse movimento foram: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Junior, entre tantos outros. O documento histórico “Manifesto dos Pioneiros” é divulgado em 1932, esse documento resumia os pontos mais importantes do movimento de ideias buscando com isso a redefinição do Estado, em se tratando de Educação.

Entre o período de 1920 a 1934, surgiram as primeiras universidades no Brasil. A universidade de São Paulo 1934, foi quem constituiu um projeto consistente de Universidade no Brasil, dando início a uma trajetória cultural e científica. A Constituição de 1934, positivou significativos avanços na área educacional, inserindo muito do que foi discutido nos anos anteriores. Em 1937, com o Estado Novo o país

passa a ser ministrado por uma constituição autoritária, com isso há um retrocesso no país. Em 1945, cai o Estado Novo, Em 1948 e enviado ao congresso o Projeto de Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que após tantas dificuldades tem sua aprovação no ano de 1961.

Entre os anos de 1945 e 1964, o sistema educacional passou por muitas mudanças que foram significativas, destacamos entre elas a CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior) o Conselho Federal da Educação, as campanhas e movimentos para a alfabetização de adultos. No período que se aguardava a aprovação da LBD/61, houve um movimento em defesa da escola pública, universal e gratuita. Essa tendência é interrompida em 1964 com o golpe civil-militar. Entre os anos de 1969 e 1971, duas leis são aprovadas, introduzindo mudanças significativas na estrutura de ensino superior e de 1º e 2º grau, e essas mudanças estão vigorando até os dias atuais. A Constituição de 1988, buscou inovar e firmar compromisso com a universalização do ensino fundamental e erradicar o analfabetismo.

O sistema de educação no Brasil tem em sua organização a colaboração da União, Estado, Distrito Federal e os Municípios. O Governo Federal é representado pelo Ministério da Educação e Desporto (MEC). O MEC organiza e financia o sistema federal de ensino, presta assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a prioridade é para as escolas compulsórias, que são os 8 anos de Educação Fundamental. O Governo Federal é responsável pelo programa nacional de apoio a pós-graduação.

Constitui o sistema de ensino ministrado pelo Estado: Creches, pré-escolas, escolas de 1º e 2º grau e universidades. Na divisão do sistema educacional, cabe ao Município atuar nas series iniciais que vão das creches ao 1º grau, cabendo ao Estado a garantia do ensino de 2º grau e em alguns Estados, o ensino superior.

Se tratando do administrativo, cada sistema de ensino tem seu órgão normativo e administrado pelo executivo central. No plano Federal as normas são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, as decisões políticas, planejamentos e execuções administrativas são responsabilidade do Ministério do Estado, que disponibiliza de diversas secretarias órgãos e serviços que compõe o MEC. Cada sistema tem autonomia na administração de seus recursos, que se refere a contratação de professores e funcionários.

No último censo escolar realizado em 2015, o número de alunos matriculados na rede pública de ensino encontrava-se em torno de 37.826.565, alunos entre creches, escolas de 1º e 2º grau e Ensino Superior. O ensino se divide em níveis: Educação Infantil, que tem como objetivo desenvolver o físico, psicológico e intelectual das crianças, se inicia nas creches que atendem crianças de 0 a 3 anos de idade, seguindo para pré-escola que segue de 04 a 06 anos de idade. Esse início na formação escolar e novo em se tratando da atuação do Estado.

Foi com a Constituição de 1988, que a educação infantil se tornou formalmente de responsabilidade do Estado, que durante esses anos vem desenvolvendo programas para atender à essa demanda. Ainda e muito restrita a rede de Educação Infantil, apenas 17% das crianças de 0 a 6 anos são atendidas nesse programas da rede pública.

O ensino Fundamental, conhecido antes como, primeiro grau, é obrigatório pela Constituição Federal, sua finalidade e a formação das crianças e pré-adolescentes que estão na faixa etária de 07 a 14 anos de idade. O ensino desta faixa etária visa que os alunos adquiram o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, instrumentos esses para compreensão e soluções dos problemas humanos. Busca também trazer à compreensão das leis da natureza e as relações sociais na sociedade contemporânea, desenvolve a capacidade de reflexão e criação no meio social.

No ensino fundamental (primeiro grau) o currículo compreende as áreas de: Comunicação (Língua Portuguesa), Estudos Sociais (História e Geografia) Ciências humanas e da natureza (matemática, ciências física e biológicas). Para se efetivara universalização do Ensino Fundamental como e determinado, o Estado e Município se unem anualmente para levantar dados sobre a população em idade escolar que por algum motivo se encontram fora da escola e promovem a chamada para se efetivar a matrícula.

O ministério da Educação, com dados recentes mostrou que da população entre 07 e 14 anos, 91%, tem acesso à escola. E mesmo com esse avanço no acesso à escola, o país não deixa de ter um quadro preocupante na educação, visto que a qualidade desta educação tem se mostrado muito baixa. Existe uma elevada taxa de repetência no Ensino Fundamental, a evasão escolar também é um desafio para o Sistema Educacional, sendo que nas series iniciais não chegam a ser gritantes. Tem se tornado um grande desafio para o Sistema Educacional o fim da repetência e evasão escolar.

O Ensino Médio (segundo grau) tem como objetivo consolidar o conhecimento que foi adquirido no ensino fundamental (primeiro grau). O Ensino Médio permite também a conclusão como técnico-profissional, que é obtido em Escolas Técnicas. Destaca-se também a escola de Curso Normal, que é responsável pela formação de professores da Educação Primária (1° à 4° serie). O Ensino Médio tem funcionado como um filtro entre a Educação Fundamental e o Ensino Superior.

O objetivo do Ensino Superior é aperfeiçoar a formação, capacitando para o exercício da profissão, exercitando a reflexão criticam. O Ensino Superior promove pesquisas científicas e desenvolve programas de extensão tanto como cursos ou serviços que atendam a comunidade. Atualmente temos no país um número de 2.391 instituições de Ensino Superior, dentre públicas e privadas. Para ingressar em uma universidade o aluno não só precisa ter concluído o Ensino Médio (segundo grau) como também passar por um exame de seleção. Alguns anos atrás esse exame de seleção era o conhecido vestibular, todas as universidades principalmente as públicas utilizavam este método. Atualmente a forma de ingressar na maioria das Universidades e através do conhecido Enem. Algumas Universidades ainda se utilizam da forma de ingresso através do vestibular, mesmo o Enem sendo o mais utilizado. A educação brasileira enquanto política só se materializou enquanto instituição escolar, amplamente no sec. XX. Na realidade, nunca fez parte do projeto colonizador Imperialista, prover educação pública aos brasileiros, não havia interesse já que a mão de obra era escrava, um trabalho imposto e sem direito a um pagamento, o ensino era destinada somente à elite branca, negro não tinha o direito de estudar.

E a partir do século XX que teremos como “protoformas” um projeto industrializador, que no início da República ainda tinha uma mentalidade

aristocrática e rural. O modelo de escolarização que havia era próprio para incorporar os “brancos ao mercado de trabalho formal. Entretanto as mudanças que ocorreram com o fim da escravidão, decorrente da primeira guerra mundial, dos movimentos anarquistas e tantos outros acontecimentos, causaram em grande impacto na economia, na cultura e não menos nas relações sociais, fazendo com que isso viesse à tona o debate sobre o “direito a educação”.

A conciliação de interesses econômicos agrário, industrializado controlado pelo movimento sindical que foi implementado na era Vargas, destaca muito mais e o tema Educação. Em 1930 é criado o Ministério da Educação, quando a discussão em torno da escolarização estava a todo vapor. E finalmente a classe trabalhadora busca mesmo que timidamente seu direito fundamental que é a Educação escolarizada.

Nos anos de 1980, houve várias manifestações em busca da ampliação dos direitos, isso se deu no contexto de redemocratização, pressões para o fim do analfabetismo e qualificação da mão-de-obra foram algumas das pressões das organizações multilaterais, que acabaram dando grande visibilidade ao debate do acesso à escola, enquanto demanda da sociedade brasileira.

Falar em Educação significa compreender as influências da realidade complexa que se encontra a sociedade. A política que estrutura os processos educacionais está inserido no movimento da sociedade contemporânea. A crise capitalista que ocorre no mundo reflete bruscamente nas condições de trabalho na formação de mão de obra, como também nos movimentos sociais. Hoje no Brasil, a educação vive sob a complexa realidade que assola o País, causado por um golpe jurídico-parlamentar, que tem como suporte de apoio a grande mídia que influencia a grande massa social.

Como não poderia deixar de ser o impacto de todo esse processo reflete na educação, causando, fragilização, controle do trabalho docente, dificulta o acesso e permanência dos alunos, defronta com salários baixos, plano de aposentadorias dos profissionais da área e etc. Refletindo sobre essas afirmações podemos dizer que nosso modelo de Educação Contemporânea busca formar mão de obra flexível as precárias e diversas condições da produção e do trabalho, uma educação empobrecida para os pobres.

1.2 FORMULAÇÕES NEOLIBERAIS E O IMPACTO DA LÓGICA DO CAPITAL SOBRE A EDUCAÇÃO

O neoliberalismo possui uma capacidade para impor seu programa de ajustes às tecnocracias neoliberais: diante de um discurso que explica a “crise” por vezes, instituída ou instrumentalizada pelo próprio sistema, oferece respostas e estratégias para se sair dela. Está expresso também, na capacidade que os neoliberais tiveram de firmar suas verdades como sendo únicas, aquelas que deveriam ser defendidas por todos que possuíssem um mínimo de sensatez e responsabilidade. A emergência do neoliberalismo se constitui com um tipo de bálsamo às crises do capitalismo dos anos 60, e tinha como fundamento o anticomunismo da Guerra Fria e o repúdio às políticas públicas Keynesianas que atribuíam ao Estado o papel decisivo no desenvolvimento econômico.

Gentili (1996) diz que o neoliberalismo é uma expressão social, política e econômica complexa, fruto de uma construção hegemônica. Tratando-se, portanto, de uma alternativa de poder, constituída por várias estratégias políticas, econômicas e jurídicas, com orientação para encontrar saída para a crise capitalista. No entanto, essa alternativa resume o projeto de reformas econômicas e ideológicas de nossa sociedade, revestindo de coerência e sentido o discurso e interesses dominantes. Sua pretensão é legitimar as propostas de reforma que são impulsionadas pela elite, determinadas por eles como um novo senso comum.

O Keynesianismo acreditava que, para garantia do desenvolvimento de uma sociedade, seria necessária a existência de políticas sociais onde o controle Estatal assegurasse o pleno emprego, a distribuição de renda, a determinação dos preços, a coordenação e monitoramento das relações de consumo. Assim, contrapondo esse pensamento keynesiano de bem-estar social surgiu a doutrina neoliberal, em que o Governo busca organizar macro estruturalmente a realidade social em favor de um projeto dominante de sociedade em seus aspectos econômico, político, jurídico e cultural, utilizando-se muito do meio de comunicação, para influenciar a aceitação desta transformação como verdade absoluta.

O modo mais eficaz de fazer com que todos sirvam ao sistema único de objetivos visado pelo plano social é fazer com que todos acreditem nesses objetivos. Para que um sistema totalitário funcione com eficiência, não basta que todos sejam obrigados a trabalhar para os mesmos fins: é essencial que o povo passe a considerá-los seus fins pessoais. Embora seja necessário escolher as ideias e impô-las ao povo, elas devem converter-se nas ideias do povo, num credo aceito por todos que leve os indivíduos, tanto quanto possível, a agir espontaneamente do modo desejado pelo planejador”. O controle do juízo público através da propaganda pode ser analisado, ironicamente, sob a ótica do artífice teórico do neoliberalismo. (HAYEK,1990. p.150)

A Educação é a mais sistemática e sistematizada das políticas sociais, que são uma forma de política pública. E, nesta perspectiva, por política pública, entende-se toda e qualquer ação do Governo para atendimento das necessidades sociais. Ao apregoar a liberdade dos mercados, as liberdades individuais, a auto regulação dos mercados, ou seja, a não interferência estatal na economia, o projeto neoliberal defende a retração da intervenção do Estado, seja no campo econômico, nas relações exteriores/internacionais, nas relações internas, e tantas outras dimensões nas quais o regime intervém, mesmo que de forma mínima. Sobremaneira, no campo social.

O Brasil alcançou a perspectiva de construção de um direito público universal de proteção social com a Constituição de 1988. Caminho nada fácil, em se tratando de um país de traços políticos e culturais profundamente conservadores, apoiado historicamente no interesse das elites: um quadro complexo à implementação dos direitos elementares, conforme instituído no artigo 6º da Constituição Federal, “o direito universal à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança e a previdência social, assim como a proteção à maternidade, à infância e à assistência social”.

Nos anos 1990, no Brasil, vivenciamos uma ampla campanha em torno das reformas econômicas para enfrentar a crise. De fato, a reforma do Estado – pelo Estado - foi apresentada como a única possibilidade para aquele momento. A privatização e a revisão das bases da previdência social seriam o ponta pé inicial para um conjunto de manobras que menosprezavam algumas conquistas alcançadas na Constituição de 1988. Nesse processo, para reativar o mercado, a área mais afetada seria da Previdência Social.

Neste período, a Carta Constitucional abriria caminho para um projeto de modernidade, e o documento que orientava toda essa manobra era conhecido como o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE); que tinha como formulador o então Ministro de Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira. Conforme Bhering e Boschetti (2011), “os avanços constitucionais de 1988 de natureza reformista foram possíveis numa conjunção bastante particular de elementos numa conjuntura de radicalização democrática após uma ditadura de 20 anos.(ibidem, p. 151)

Naquele momento democrático, a “reforma”, como foi conduzida, não envidou avanços na implementação das políticas públicas, visto que elas impunham relevante impacto no período em que a dívida pública aumentava exponencialmente. Assim, ocorre a pretensão em retirar do Estado a responsabilidade das políticas sociais, considerada a principal área a ser reformada - relegando o padrão constitucional da seguridade social.

O altíssimo índice de desemprego promove conseqüentemente, um crescimento das demandas em Serviço Social em todas as suas expressões: a fome, a pobreza, falta de moradia, atendimento em saúde etc. Visto que as políticas sociais se tornaram subordinadas à lógica do contexto social, tornam-se limitadas as possibilidades de prevenção - por se tratarem de ações pontuais e compensatórias, direcionadas aos efeitos mais perversos da crise e relacionadas a restrição e redução dos direitos -, predominando as idéias neoliberais em relação às políticas sociais, articuladas com o conhecido trinômio neoliberal: privatização, focalização e descentralização (Behring e Boschetti; 2011, p. 156). A descentralização, nesse sentido, não se refere a partilhar o poder entre as esferas públicas. Mas sim, como transferência de responsabilidades, da própria federação para estados e municípios, ou às instituições privadas que surgem com novas modalidades jurídicas institucionais (ONG – Organização Não Governamental, OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e certificação de utilidade pública; consideradas componentes de grande importância no auxílio da “reforma” administrada para proteção social. Institui-se o chamado Terceiro Setor no Brasil, além da abertura para os grandes organismos internacionais como os organismos da ONU, o BID e outros.

O país viveu uma fase de estabilidade em que o controle da inflação não redundou em crescimento econômico. Aplicou-se uma política de juros subsidiados

e crédito “barato para ramos da produção industrial, escolhidos pelo próprio governo, incrementando a evolução do PIB (Produto Interno Bruto), mesmo não havendo estímulo para os investimentos a longo prazo. Neste cenário, dissolveu-se os preceitos de antagonismo social de Behring e Boschetti, e também de Gentili, pois modificaram-se os estratos sociais dos brasileiros, principalmente, no fortalecimento da camada ‘intermediária”, e no amorfismo das suas bordas com as classes D e E, no que tange aos hábitos de consumo e investimento (referência à “C”).

No ano de 2008, quando se instalou a crise econômica mundial, o Presidente de então tomou decisões que garantiram o mercado interno e o sustento das demandas brasileiras; foram aplicadas várias isenções de impostos a produtos eletrodomésticos, automóveis e para a construção civil. Mesmas práticas - juros subsidiados, crédito barato para empresários aliados do governo, taxa de exoneração, isenção fiscal e desvalorização cambial – mantidas em 2010, registraram novo crescimento do PIB, em torno de 7,6%. Entretanto, segundo o economista Ricardo Amorim essas ações estimulavam o consumo, simplesmente, e não a produção estruturalmente.

O paradigma de relacionamento estabelecido entre alguns empresários e o Governo acabou por evidenciar a corrupção, acompanhou os avanços – e desdobramentos, políticos, policiais e geográficos – da, já histórica, Operação Lava Jato. O Brasil atravessa um momento *suis generis*, quando uma crise político-institucional sem precedentes se soma com as oscilações econômicas de décadas. Propõem-se uma solução que afeta, principalmente, a classe trabalhadora. Isto é, novamente, um conjunto de “reformas” que suprimem os direitos - já reduzidos.

Segundo alguns estudiosos da economia, esta crise estava anunciada e podemos entendê-la a partir da própria condição histórica do Brasil: a ela se atribuem fatores econômicos, haja vista que - durante décadas - fomos um tradicional fornecedor de matérias primas, assim como mantenedor das desigualdades estruturais. Logo, quando ocorre o crescimento econômico no país, ele não beneficia todos os segmentos da sociedade. Ao contrário, assevera as desigualdades. Assim, vivenciamos uma complexa adversidade: uma vicissitude econômica carregada de conexões políticas que atingem em cheio a classe média – (representada no micro e pequeno empresário, profissionais liberais, funcionários públicos civis e militares), custeadora, essencialmente, da classe “trabalhadora” que tem os seus direitos sociais diretamente afetados. Salvaguardados, minimamente,

aqueles advindos dos impostos cobrados e distribuídos pelas medidas tão compulsórias, quanto provisórias.

A política pública social, em cujo cerne repousa a Educação, deve ser analisada a partir da perspectiva de sua múltipla causalidade, enquanto processo e resultado das relações contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade. Devem ser estudadas a partir das dimensões histórica, econômica, política e cultural. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

A Educação é um dos direitos basais garantidos na Constituição Federal. Gentili (1996) no seu artigo 'Neoliberalismo e Educação', traz uma compreensão crítica da forma neoliberal de pensar e traçar a política educacional. Ele afirma ser necessário destacar que, na perspectiva neoliberal, o sistema educacional enfrenta uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade para além dos tropeços na qualidade, universalização e extensão. O autor nos traz a reflexão que, os neoliberais acreditam que a crise educacional é fruto do processo de expansão da escola, durante a metade do século XX, o qual ocorreu de forma desordenada e acelerada, sem garantir a distribuição e eficiência nos serviços oferecidos. Para os neoliberais, o ponto fundamental da crise na educação se encontra nas infrutíferas práticas pedagógicas e na incompetência administrativa dos estabelecimentos escolares.

Seguindo a lógica apresentada conclui-se que a exclusão e discriminação educacional é o resultado direto da ineficiência das escolas e de quem trabalha nelas. Sob a perspectiva neoliberal, o sistema educacional contemporâneo não sofre uma crise política, e sim uma crise gerencial, de má administração; promovendo, assim, a evasão, repetência, analfabetismo e o desinteresse dos alunos em frequentar as escolas.

Para ajustar os agravos causados pela má administração educacional, os neoliberais pretendem, politicamente, democratizar as escolas, guiados por mecanismos que as tornem eficiente, produtiva e eficaz; garantindo desta forma, a qualidade do serviço educacional. Estabelece-se, então, o paradigma para balizamento dos problemas da educação: Os recursos existem, o que ocorre é a má distribuição desses recursos, por isso transformar a escola é um desafio gerencial.

Esse desafio consiste em realizar algumas mudanças nas práticas pedagógicas, reestruturar o sistema para flexibilizar a oferta, promover uma mudança cultural nas estratégias de gestão, reformular o perfil dos professores,

formação e carreira do docente tornando-os mais qualificados, além de instituir uma reforma curricular de fato.

A crise explica a ineficiência do estado no gerenciamento das políticas públicas na perspectiva neoliberal. De acordo com a qual a incapacidade que os governos tiveram em não garantir a democratização da educação e uma escola eficiente, produtiva de qualidade, ocorreu por causa da burocracia de Estado, reduzindo a educação a um clientelismo.

Gentili (1996) observa que, na perspectiva neoliberal, a educação estatal funciona mal, porque, sendo estatizada, reveste-se da falta de qualidade que permeia as instituições estatais de forma abrangente. O mercado é dinâmico e flexível: o avesso de um sistema escolar rígido e deficiente, daí a necessidade da promoção de métodos precisos que assegurem eficiência desses serviços.

Para que haja a equidade, segundo os neoliberais, é necessário que exista a concorrência, um dos requisitos fundamentais quando se trata de mercado. O neoliberalismo questiona a noção de direito e a concepção de igualdade, ao criticar a interferência da política na esfera social, econômica e cultural. Essa noção serve ao menos na teoria, como fundamento filosófico na esfera de direitos sociais, em dada sociedade democrática.

Os neoliberais defendem que a democracia não está ligada à igualdade, aos direitos sociais, nem às instituições públicas que materializam esses direitos. Ela é, simplesmente, um sistema político que permite aos indivíduos desenvolverem a capacidade de escolhas. Para a doutrina, o mercado é a única esfera capaz de potencializar as escolhas individuais. Afirmam que a crise social é fruto do sistema institucional que depende do estado e, portanto, de todo o seu engenho político.

Nos campos sociais - saúde, previdência, habitação, emprego e educação - ditam que a crise é produto da difusão do que é cidadania. Para os neoliberais, quanto mais se espalha o que é cidadania (tornando o indivíduo ciente da sua força enquanto coletivo, e não individualista), mais se torna propício que ocorra uma crise. O conceito de cidadania universalizante dos direitos humanos gera falsas promessas e imensas frustrações, por conseguinte. O ideário neoliberal estimula o individualismo, onde cada qual tem de buscar os meios de prover as necessidades básicas e condições indispensáveis à reprodução e manutenção da vida. A educação não é diferente.

O Estado é considerado como o principal culpado pela crise no sistema educacional, por manter seu formato assistencialista. Na perspectiva neoliberal, isso constitui uma burocracia que impede o desenvolvimento da competição individual - que seria a garantia para o progresso social. Considerá-lo dessa forma torna mais fácil a solução deste problema: reduz-se o Estado, ao mínimo, nas intervenções educacionais. Essa seria a saída para superar a crise das instituições educacionais.

Os neoliberais afirmam que a crise educacional ocorre não só pelo modelo de Estado assistencialista, mas defendem que os próprios indivíduos são culpados por aceitarem naturalmente que o Estado intervenha lhes dando assistência. Para eles, se existe pobreza é por culpa dos pobres, se há desemprego é por culpa dos desempregados, seguindo esse raciocínio, a culpa da crise educacional está associada aos profissionais e consumidores de educação: “O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive o êxito e o fracasso social.” (GENTILLI, 1996, p.22).

Os objetivos neoliberais que justificam a reforma educacional tendem a garantir os princípios meritocráticos e a competição; afirmam o futuro da política educacional e, ao mesmo tempo, avaliam a importância das propostas da reforma escolar. As decisões tomadas quanto à reforma educacional são pensadas a partir das sinalizações do mercado de trabalho.

O governo neoliberal formula um conceito de qualidade educacional bem específico, com práticas empresariais. As instituições escolares são julgadas como empresas que produzem a “mercadoria” conhecimento. Assim, as práticas e técnicas utilizadas devem ser as mesmas que se utilizam em qualquer empresa dinâmica, eficiente e flexível. Para os neoliberais, se o sistema de *total quality e control (TQC)* demonstra êxito mundialmente no mundo dos negócios, porque não ter o mesmo efeito no campo educacional?

Vale ressaltar que, os neoliberais defendem que a educação deva estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, transferindo-lhe a responsabilidade dos ajustes para as demandas do mundo dos empregos. Na ótica neoliberal, o sistema educacional deve promover a empregabilidade mas deve ser a capacidade individual quem oferece as ferramentas necessárias para a competição do mercado, o resultado depende de cada *indivíduo*.

A educação abrange processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos

movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (art 1º Lei nº 9.324, 20 de dezembro 1996 – Lei das Diretrizes e Bases educacionais). De acordo com o artigo citado, a educação não é de obrigação das instituições de ensino, a própria convivência humana é uma forma de desenvolvimento educacional. E dever da família, e do estado, a qualificação do educando para o mercado de trabalho. “Está disposto do artigo 36ª da LDB de 1996, o Ensino Médio, atendido à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”

Desse modo fica estabelecido que a educação profissional, tão discutida atualmente, tem como objetivo primordial preparar os alunos para o mercado de trabalho. Atendendo, assim, a lógica do mercado. Alguns autores defendem que a educação profissionalizante se apresenta como estratégias no desenvolvimento do país. Para eles, as transformações que ocorrem no mundo do trabalho fazem com que essa modalidade de ensino forme profissionais em um curto período, em detrimento aos profissionais graduados do Ensino Superior.

As estratégias criadas pelos neoliberais para conter a crise educacional se apresentam em forma de descentralização dos planejamentos do estado, e dos efeitos considerados improdutivos das burocracias dos governos. Isso ocorre com a transferência das instituições escolares do nível federal para o estadual, e estadual para municipal: o ensino se torna cada vez mais micro, fazendo com que a própria escola seja mínima.

Gentili (1996) afirma que:

O Estado neoliberal é mínimo quando deve financiar a escola pública e máxima quando define de forma centralizada o conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais, quando estabelece mecanismos verticalizados e antidemocráticos de avaliação do sistema e quando retira autonomia pedagógica as instituições e aos atores coletivos da escola, entre eles, principalmente, aos professores. Centralização e descentralização são as duas faces de uma mesma moeda: a dinâmica autoritária que caracteriza as reformas educacionais implementadas pelos governos neoliberais”. (Ibidem, p. 27)

Diante deste cenário de crise política, financeira e social, a saída encontrada pelos neoliberais é que se faça a reforma em vários segmentos do estado. Com elas, a classe trabalhadora se torna o principal alvo em termos de perdas, fazendo com que se ampliem e se intensifiquem, cada vez mais, as expressões da questão social.

Mészáros (2004), em sua obra “Educação para além da capital”, nós traz a reflexão como a lógica capitalista impacta na educação. Segundo ele não se pode negar como os processos educacionais e sociais repleto de reprodução, estão ligados, não se pode pensar em uma reforma educacional sem que ocorra uma transformação social onde as práticas educacionais da sociedade cumpram as importantes funções de mudança. Entretanto para que isso se realize é necessário que haja um acordo, ou os caminhos se dividem claramente. Caso não ocorra a valorização de um modo de reprodução da sociedade considerado como necessário, pode gerar apenas pequenos ajustes em nome da reforma, menores em todos os âmbitos inclusive o da educação.

As mudanças sob tais limitações apriorísticas e prejudgadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir alguns detalhes defeituosos da ordem estabelecida, de forma que sejam mantido intactos as determinações estruturais e fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema produção”. (Mészáros, 2004, p.25)

Sendo assim as formas de interesses conflitantes se conforma com a regra geral já preestabelecida da reprodução da sociedade, entretanto de forma alguma se pode alterar a regra geral. Nessa lógica se exclui categoricamente a possibilidade de se legitimar o conflito entre si, seja no campo da produção material, cultural e educacional.

Seria realmente um absurdo esperar uma formulação de um ideal educacional do ponto de vista da ordem feudal em vigor, que considerasse a hipótese da dominação dos Servos, como classe, sobre os senhores do bem-estabelecida classe dominante. (Mészáros, 2004, p.26)

Nessa perspectiva fica claro que os objetivos da classe dominante deveriam prevalecer, mesmo quando os autores dos discursos críticos, observavam o quanto eram desumanos os interesses materiais desta classe. Essa posição crítica desejava apenas utilizar as reformas educacionais como mediação dos feitos da ordem reprodutiva da capital já estabelecida, sem eliminar os fundamentos antagônicos já enraizados na sociedade. “Para que haja uma transformação na sociedade por meio da reforma educacional é necessário que ocorra um rompimento com a lógica capitalista”. (Mészáros, 2004, p.27)

Segundo o autor, a Educação desempenha um importante papel para que ocorra a transformação social, ele diz que:

Os primeiros passos de uma grande transformação social na nossa época envolvem a necessidade de manter sob controle o estado político hostil que se opõe, e pela própria natureza deve se opor, a qualquer idéia de uma reestruturação mais ampla da sociedade. Nesse sentido, a negação radical de toda estrutura de comando político do sistema estabelecido deve afirmar-se na sua inevitável negatividade predominante na fase inicial da transformação a que se vise. Mas, mesmo nessa fase, e na verdade antes da conquista do poder político, a negação necessária só é adequada para o papel assumido se for orientada efetivamente pelo alvo global da transformação social visada, como uma bússola para toda caminhada.” (Mészáros, 2004, p.61)

Desta forma a Educação tem como objetivo principal o rompimento com o padrão dominante nas escolhas políticas que são traçados na legitimação constitucional democráticas de um Estado Capitalista que defende seu próprio interesse. Daí então temos uma, o que o autor chama de contra consciência, que luta para que ocorra uma visão geral e concreta, de forma radical e diferente de administrar as funções decisórias da sociedade, que está além da expropriação do poder de tomar decisões fundamentais, como também das imposições aos indivíduos por meio da política alienadora. Visto que:

A estratégia reformista de defesa do capitalismo é de fato baseada na tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade através da qual se removem defeitos específicos, de forma a minar a base sobre a qual as reivindicações de um sistema alternativo passam ser articulados. (Mészáros, 2004, p.62)

Segundo Mészáros, essa estratégia é possível somente teoricamente, já que as reformas são impraticáveis, não se realizam na estrutura já estabelecida de sociedade. A educação se apresenta como autoridade na formulação de estratégias apropriadas para mudar as condições de reprodução, bem como na “reprodução” bem como na “automudança consciente” dos indivíduos, que são chamados a realizar a criação de uma nova ordem social, que para o autor significa a concebida “sociedade de produtores livremente associados”. Desta forma a universalização da Educação e a universalização do trabalho como atividade humana são princípios básicos, sendo um necessário ao outro, e sua inter-relação deve ser pensada não

para um futuro e sim agora, sendo de suma importância para todos os graus de desenvolvimento socioeconômico.

1.3 QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES NA EDUCAÇÃO.

A questão social é a contradição fundante entre o capital e o trabalho e se manifesta em um conjunto de expressões que configuram as desigualdades da sociedade capitalista. Esta se refere a ampliação do trabalho, enquanto seus frutos são cada vez mais privados, exclusiva para uma pequena parte da sociedade. lamamoto afirma que:

A contradição fundamental da sociedade capitalista entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redunde, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso a natureza, a cultura, a ciências, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porém de outro lado e na sua contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização nos vários países, inclusive naqueles considerados “primeiro mundo”.(IAMAMOTO, 1998, p 27)

Entretanto, para lamamoto (2009) “questão social, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõe”(2009, p. 28). Portanto, os assistentes sociais são chamados a atuarem nessa tensão, entre a produção das desigualdades e produção da rebeldia existente. Encontra-se em um terreno repleto de interesses sociais distintos, que não permite a abstração, pois regem a vida em sociedade. Por esse motivo, é de suma importância que o/a assistente social decifre as mediações que estão expressas na questão social.

Para compreender a questão social é preciso que o profissional seja capaz de captar as pressões que estão ocorrendo a todo instante. É importante decifrar as várias faces da questão, sua história e as características que a marcam na contemporaneidade.

Diante de um cenário tão desigual, surgem como demandas para o Assistente Social várias expressões do próprio cotidiano, que cada indivíduo experimenta, sejam elas no local de trabalho, na habitação, na saúde, na educação,

na assistência social e até mesmo no próprio âmbito familiar. Vamos trazer à discussão as mazelas da questão social na Educação. Como se configuram e como é feito o seu enfrentamento.

A escola, enquanto equipamento social trava uma batalha diária com a realidade social de seus alunos, e tem como desafio a aproximação das famílias junto a si; buscando compreender e encontrar soluções para as várias expressões da questão social que se apresentam em forma de desemprego dos responsáveis, do trabalho infantil, da baixa renda, da saúde precária, da habitação inadequada, da ausência dos pais, da violência doméstica, da desigualdade social, da fome, do preconceito, do mundo das drogas e de outras variáveis congêneres.

Atualmente e de extrema necessidade e importância de se pensar e repensar a questão social, pois suas bases de produção atualmente sofrem uma grande transformação no padrão de acumulação. Para Iamamoto

Vive-se hoje uma terceira revolução industrial, acompanhada de profundas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolvem uma ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho. Atualmente segmentos da população, cuja força de trabalho. Fenômenos que se observa hoje, inclusive, nos países considerados desenvolvidos, cujos índices de desemprego estrutural eram corporativamente baixos. São estoques de força de trabalho “descartáveis” para o mercado de trabalho, colocando em riscos para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida. Existe “gente” demais para as necessidades da acumulação capitalista; ao mesmo tempo que, nas regiões mais pobres a população tem reduzido sua esperança de vida”. (IAMAMOTO, 1998, p.33.)

CAPITULO II- O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DEMANDAS E ENFRENTAMENTOS

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA PROFISSÃO E O PROJETO QUE DEFENDEMOS.

Falar em Serviço Social nos remete ao seu principal objeto de trabalho: as mazelas da Questão Social, que surgem com a generalização do trabalho livre de uma sociedade marcada pela escravidão.

Segundo Yamamoto, a essa exploração, a que é submetido o trabalhador, acaba por afetar sua capacidade vital. O operariado desenvolve, então, uma luta defensiva, que aparece para todo o resto da sociedade burguesa, em determinado momento, como uma ameaça aos seus sagrados valores: a moral, a religião e a ordem pública. “A compra e venda desta que se torna a mercadoria mais importante, sai da esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado”. (IAMAMOTO, 2010, p.126).

A questão social extrapola a contradição entre pobres e ricos, dominantes e dominados, independe do amadurecimento das condições necessária a sua superação. O Serviço Social Surge, então, no decorrer deste processo histórico, que não se baseia em medidas colaborativas provenientes do Estado, e sim de iniciativas particulares, das classes sociais, que se apresentam principalmente por intermédio da Igreja Católica, sua base social inicial é bem delimitada. Os agentes sociais têm em sua formação uma ideologia igualmente determinada.

O surgimento do Serviço Social se faz presente no momento em que o proletariado exerce grande pressão, mesmo em desorganizadas manifestações. Surgem, também, diferentes atores sociais que tentam mobilizar diferentes políticas, as quais demarcarão os limites de exercício, concentrados entre a “caridade e a repressão”. Limites impostos, sobre os quais a atuação do Serviço Social deva constituir uma nova alternativa.

As primeiras escolas de Serviço Social surgem na Europa, e se propagam rapidamente, a partir do armistício da I Guerra Mundial, quando se propunha instaurar internacionalmente uma nova política social que incluísse classe operaria. Já no Brasil, as instituições assistenciais surgem com a Associação das Senhoras Brasileiras, no Rio de Janeiro. Três anos depois, em São Paulo, a Liga das

senhoras Católicas se diferenciam das atividades tradicionais de caridade.

Essas instituições surgem na primeira fase do movimento de 'Reação Católica', divulgando o pensamento social da igreja, tendo em vista não o 'socorro' aos indigentes, mas sim uma perspectiva embrionária de assistência preventiva de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista principalmente no que se refere a menores e mulheres. (IAMAMOTO, 2010, p.166).

Em 1922 ocorreu a fundação da confederação católica, que foi a percussora da ação católica, tendo em vista a centralização política e o dinamismo dos primeiros embriões do apostolado laico. A fundação da Federação Católica visionou centralizar politicamente e dinamizar os embriões do apostolado laico. Essas instituições e obras são um marco na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Será a partir das ações concretas, limitadas, com conteúdos paternalistas e assistencialistas que permitirão a expansão da Ação Social, em desenvolvimento lento, originando as bases materiais, organizacionais e, sobretudo humanas, que fizeram surgir as primeiras escolas de Serviço Social.

Já as Leis Sociais surgem no Brasil, muito depois da instituição organizada do movimento social apartado – ou sobreposto - do caritativo, como a imposição de uma regulamentação num momento em que as terríveis condições de existência do proletariado são expostas para toda sociedade. Por isso, as diversas classes, dominantes, subordinadas ou aliadas ao Estado e Igreja, precisam se posicionar. Segundo lamamoto, essas instituições fora, de grande importância, a partir da cúpula da hierarquia não podendo ser subestimado na análise da gênese do serviço social no Brasil. lamamoto afirma que:

Se sua ação concreta e extremamente limitada, se seu conteúdo e assistencial e paternalista, será a partir do seu lento desenvolvimento que se criarão as bases matérias e organizacionais, e principalmente humanas que a partir da década seguinte permitirão a expansão da ação social e o surgimento das primeiras escolas de serviço social. (IAMAMOTO, 2010, p.167)

Considerada a grande pioneira do Serviço Social no Rio de Janeiro foi a Sr^aEstella de Faro que foi de suma importância na ação social na década de 1930, foi a primeira coordenadora do ramo feminino da confederação católica. Em 1935,

foi criada a lei 2.497, de 24/12/1935, o departamento de assistência social do estado foi a primeira iniciativa do gênero no Brasil. Sua competência era:

Superintender todo o serviço de assistência e proteção social; celebrar para realizar seu programa, acordos com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares; distribuir subvenções e matricular as instituições particulares realizando seu cadastramento. A esse departamento, cabia além dos itens relacionados acima a estruturação dos Serviços Sociais de menores, desvalidos trabalhadores, egresso de reformatório penitenciário jurídica do Serviço Social. (IAMAMOTTO, 2010, p.174)

No ano de 1938, foi organizada a Seção de Assistência Social, tinha a finalidade realizar trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições normais de vida, assim surge o Serviço Social de casos Individuais, a Orientação técnica das obras sociais, Setor de investigação e estatística.

O centro dessas intervenções era voltado para os casos individuais, onde se deveria estimular o indivíduo, fazendo com que o mesmo participasse de todos os projetos que fizessem parte do seu tratamento.

As escolas de Serviço Social passam no decorrer dos tempos por vários processos de adequação, desde seu rompimento com um serviço assistencialista de cunho religioso até os dias atuais. Durante esse tempo muita coisa aconteceu, dentre elas a efetivação de um projeto ético político defendido pela categoria, que guia a atuação do profissional de Serviço Social.

Projeto profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade. Projeto político profissional que se materializou no Código de Ética profissional do Assistente Social, na Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social /Lei 8662/93), ambos de 1993, assim como na nova proposta de Diretrizes para o curso de S.S da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social-ABESS-1996, que redimensiona a formação profissional para fazer frente a esse novo cenário histórico.

O Serviço Social se tornou uma profissão de alta relevância na medida em que intervém na realidade contemporânea, onde debate as manifestações da questão social que são impostas pelo sistema capitalista. O trabalho do assistente

social e norteado pelo projeto ético-político, resultado de um processo histórico intenso, em busca de implicações éticas na profissão.

O projeto ético político da profissão, enquanto projetos societários buscam uma nova ordem social, se torna de suma importância nas intervenções da categoria profissional. Tem como objetivo principal um projeto societário radicalmente democrático, que reconhece em seu núcleo a liberdade como valor central, propõe a construção de uma ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero, ou seja, o projeto que o serviço social defende tem como objetivo a transformação da sociedade brasileira.

Teve sua formulação entre os anos de 1970 e 1980, quando estava ocorrendo a democratização da sociedade brasileira, o projeto foi consolidado em 1990. Logo a seguir em 1993, com a lei 8662 houve a regulamentação da profissão com o código de ética do Assistente Social, que implica o compromisso da profissional com a classe trabalhadora.

Desse modo o projeto que a classe defende implica no compromisso com a nova ordem social onde o profissional busque competência profissional, formação permanente e uma constante postura de investigação. Torna-se necessário o pleno conhecimento do projeto ético político pelos profissionais do Serviço Social, para que fundamentem suas ações interventivas de forma concreta nos espaços sócio-ocupacionais.

Assim, é dever do profissional do Serviço Social, conhecer o projeto ético político da profissão, visto que é um projeto homogêneo, norteador de atendimentos, planos de trabalho projetos e demais intervenções comprometidas com questões éticas e que garantam a qualidade do atendimento.

2.2. O TRABALHO E O ESPAÇO OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Entender o Serviço Social, enquanto trabalho, parte da compreensão da prática profissional condicionada pelas relações entre Estado e sociedade civil. Ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade. O serviço social se torna profissão quando passa a ter como base conceitos técnico-científicos atribuindo as suas atividades caráter processual e dimensional. Lamamoto afirma que:

Não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho e atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, sim, um trabalho do Assistente Social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado. (IAMAMOTO, 2009, p 33)

O Serviço Social se afirma como profissão, constituída e institucionalizada, por meio de uma ação do Estado. Para a autora, o Serviço Social reproduz-se como trabalho especializado na sociedade. Por ser socialmente necessário, produz serviços que atendem às necessidades sociais, o que lhe confere utilidade social, já que tem uso. (IAMAMOTO, 2009). Por outro lado, simultaneamente, os assistentes sociais também participam como trabalhadores assalariados do processo de produção e/ou de redistribuição da riqueza social. Seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, ele tem um efeito na produção ou na redistribuição da mais valia. O Serviço Social é um trabalho especializado com atuação do profissional manifestado no seu trabalho que deve compreender as dimensões da realidade - sejam elas econômicas políticas ou culturais - enquanto relaciona-se com extensões da vida social.

Para garantir uma sintonia do serviço social com os tempos atuais é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do serviço social, prisioneira e, seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe para o movimento das classes sociais e do estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço social para melhor aprendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os Assistentes Sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, precondição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação. (IAMAMOTO, 2009, p.20)

Um dos maiores desafios do assistente social é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e, assim, contribuir com propostas de trabalho para enfrentar as demandas que emergem no cotidiano; defendendo os direitos sociais. O assistente social é considerado, historicamente, o principal agente profissional na implementação das políticas sociais, em especial políticas públicas. Ele pode ser também considerado em executor das políticas sociais, pois lida diretamente com os usuários. Optando por ser um profissional com propósitos, e não somente um

executor, o assistente social precisa extrapolar as atividades burocráticas e rotineiras que reduzem seu trabalho em um mero emprego.

O exercício da profissão, e a ação profissional, de um sujeito que possui competência para propor, negociar com as instituições seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e suas funções, vai além da rotina institucional: busca compreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades presentes na realidade. Mas não é automaticamente que se transformam em alternativas profissionais. (IAMAMOTO, 2010). Os profissionais devem se apropriar dessas possibilidades, e transformá-las em projetos e frentes de trabalho.

É necessário evitar que se tenha uma visão heróica do Serviço Social, um “messianismo profissional” (IAMAMOTO, 2009), que reforça a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social. Olhar para fora do Serviço Social é condição para se romper, tanto com a visão rotineira (relativa e burocrática, que impede vislumbrar inovações), quanto com a visão ilusória e desfocada da realidade (que conduz a ação inócua). Ambas tem ponto em comum: estão de costas para a história, para os processos sociais contemporâneos. (IAMAMOTO, 2009, p.22).

Entender a profissão como trabalho na sociedade se impõe a partir dos anos 1980, quando se identifica que o “Serviço Social é uma especialização do trabalho uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo na sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p.22). Essa afirmação é consequente das mudanças históricas que alteraram a divisão do trabalho, tanto na sociedade quanto na própria divisão técnica, no interior das estruturas produtivas - transformadas em uma nova organização e gestão de trabalho. Portanto, essa transformação não exclui o Serviço Social, já que este trata de uma especialização do trabalho em sociedade, apreendido nos processos que ocorrem na transformação do trabalho.

O Serviço Social dispõe de um código de ética profissional que regulamenta a profissão e reconhece o profissional como liberal. Entretanto, não na sociedade, pois troca sua força de trabalho por um salário; vinculado às instituições, sendo o Estado o maior empregador do Serviço Social. Sua contratação na rede privada, geralmente, ocorre na mediação entre patrão e empregado. Algumas iniciativas foram lideradas pelo CFESS estabelecendo parâmetros para a atuação de

Assistente Sociais nas áreas da Assistência Social e Saúde. Como também, a Resolução que dispõe as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social (Resolução CFESS N°493/2006 de 21 de agosto de 2006) se remete a importância das condições de trabalho e qualidade do exercício profissional.

Não existe um processo de trabalho no Serviço Social, visto que o trabalho e a atividade de um sujeito vivo enquanto realização de capacidade, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe sim um trabalho do Assistente Social e processo de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado. (IAMAMOTO, 2010p 33)

Toda profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social - produzido pelo conjunto da sociedade - participando da criação e prestação de serviços que atendam às necessidades sociais. (IAMAMOTO 2009). Em se tratando dos espaços de atuação do serviço social, pode se dizer que o profissional possui diferentes espaços ocupacionais, particularizando as competências e atribuições que lhes são designados, enraizados nos processos históricos e afetos ao Estado, às empresas privadas, às ONGs e também a algumas organizações da classe trabalhadora.

Sendo assim o espaço de atuação do Serviço Social se torna um reprodutor e superador da ordem, simultaneamente. Pois, atende tanto à classe opressora, quanto a oprimida, utilizando-se de mediações específicas para cada qual.

Não poderia ser diferente quando esse profissional se insere na política de Educação, orientado pelo seu projeto ético político. A/o assistente social na área da educação desempenha seu papel em busca de uma educação inclusiva garantindo os direitos e deveres, cumpridor das regras e normatizações da Assistência Social em favor da população.

A inserção do Serviço Social na educação é justificada pela crescente demanda que emerge das questões sociais dentro do espaço escolar.

2.3. INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: A DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA CATEGORIA PROFISSIONAL.

No século XX o Serviço Social, surge como uma profissão que presta serviço às necessidades sociais de uma sociedade excluída da riqueza. A partir de então se tem condições históricas e matérias que justifiquem essas ações sociais, tornando assim legítima a profissão.

Se tratando de Educação a S.S possui um histórico sobre sua inserção nesta área desde 1906, nos Estados Unidos e Europa, onde os A.S eram chamados a atuarem entre as escolas e famílias, buscando averiguar o motivo de evasão escolar falta de aproveitamento escolar, adaptação, etc.

Nesse período o trabalho que o Serviço Social desenvolvia nas escolas era junto à uma equipe multidisciplinar, que era composta por professores, psicólogos, tinham como objetivo atender os alunos que apresentavam problemas com aprendizagem. Nesses atendimentos a S.S deveria identificar as dificuldades de caráter individual e familiar que assim se configuravam como problemas sociais dentro do âmbito escolar. O trabalho do Assistente social na área escolar na América Latina buscava manter a relação da escola com a comunidade, isso ocorria através dos alunos e sua família.

A discussão sobre a importância da atuação do Serviço Social na educação relata que aqui no Brasil os Estados pioneiros no debate foram Pernambuco e Rio grande do Sul, no ano de 1946. No Rio Grande do Sul, o Serviço Social foi implantado como "Serviço de Assistência Escolar", estando ligado à Secretaria de Educação e Cultura. A atuação do profissional Social que interferissem no equilíbrio social da comunidade escolar. Amaro (1997, p51) diz que Os Assistentes sociais eram chamados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social.

A intervenção do Serviço Social na educação ganhou novas perspectiva após seu rompimento com um serviço social conservador e tradicional, isso se deu com o Movimento de Reconceituação, fundamentado nos desdobramentos críticos da identidade profissional. Atualmente temos um Serviço Social restrito à Educação Infantil e Creches, subordinados a Secretaria municipal de Educação. Se tratando do

Ensino Regular, a questão se volta para a população de baixa renda, quando surgem várias expressões da questão social que invadem o espaço escolar. Questões como: violência doméstica, dificuldades sócio econômica das famílias, uso de drogas tráfico, crise de valores éticos e morais que tornam os alunos indisciplinados, baixo rendimento escolar, evasão escolar, e a falta de perspectiva de um futuro melhor com mais educação.

Piana afirma que:

A educação não é um campo de trabalho novo para o Serviço Social, como é conhecido, mas nos últimos anos, percebe-se um crescente interesse dos Assistentes Sociais por essa área, em seu aspecto teórico metodológico como objeto de pesquisa e como campo interventivo, sobre tudo na esfera pública, através de muitas contratações desse profissional da educação nas escolas, em assessorias e consultorias no âmbito da política educacional estadual e nacional. (Serviço social e realidade. França V.18, n 2,182_2006-2009.p 185)

O trabalho do assistente social na educação consiste na identificação e propostas como alternativa para enfrentar os problemas de cunho social político, econômicas e culturais, que acabam por interferirem na educação, fazendo com que a educação se efetive como direito na conquista da cidadania. Nesse sentido o trabalho desses profissionais busca desvelar a realidade que produz e reproduz a desigualdade, visando a autonomia, participação e emancipação dos indivíduos sociais. O fazer profissional exige que, se conheça amplamente a realidade e toda a complexidade em criar meios de transformá-la seguindo o seu projeto político profissional. Segundo Martinelli

Mediações são categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional. Expressam-se pelo conjunto de instrumentos recursos técnicas e estratégias pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude. São instâncias de passagem da teoria para prática, são vias de penetração nas tramas constitutivas do real. (MARTINELLI, 1993, p.136)

É através da mediação que o profissional encontra formas de direcionar sua prática com um pensamento crítico e não alienado, seguindo seu projeto ético político, possibilitando uma ação transformadora. Consideramos também que “a função educativa da intervenção do A.S junto às classes subalternas, atendem em algumas vezes as determinações dos donos da capital. Visto que a função educativa que contém o projeto ético político da profissão, “contribui para novas relações pedagógicas entre o assistente social e o usuário de seus serviços”. O aspecto educativo da profissão perpassa por todo contato do profissional com o usuário do seu trabalho.

E o que esperar desse profissional e que esteja devidamente habilitado para analisar e intervir na realidade social desenvolvendo sua formação teórica mitológica, ética política e técnica operativo de forma crítica; saiba definir estratégias de intervenção para a garantia dos direitos dos cidadão; saiba desenvolver trabalhos de parceria assumir trabalhos de gestão pública na área das políticas sociais em geral; compreender a questão social bem como suas expressões na realidade social e estabelecer relações efetivas entre profissional e classe trabalhadora para trabalho com perfil educativo e pedagógico comprometido. (PIANA, 1990, p.190)

Dessa forma buscamos compreender a importância da inserção do S.S na educação. A constituição federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e bases de 1996, decreta que a Educação é um direito social garantido pelo Estado a toda sociedade, mas enquanto política pública universal, não se constitui efetivamente. Mesmo sendo declarada como direito humano e de obrigação do Estado, nela se expressa os reflexos do mundo do trabalho, e de como não poderia deixar de ser, sofre com influências do mercado, da política de emprego, da relação pública privada, atendendo ao interesse do mercado, impondo desafios na conquista da cidadania. Busca-se uma educação que forme sujeitos capazes de que, por si só sejam capazes de pensar.

De acordo com Almeida (2000 a, p21) desde aprovação da Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional, Lei n-9394 de dezembro de 1996, o Brasil colocou o seu projeto educacional à disposição das necessidades sociais, técnicas e política ideológica da atual fase de expansão do capitalismo.

Esse fato foi mais explícito quando o primeiro projeto de 1994, da LDB foi substituído. Houveram discussões e negociações com várias entidades e movimentos sociais do campo educacional do Ministério quanto a substituição por um projeto do Ministério da Educação (MEC) onde estava articulado diretrizes do Banco Mundial. Desde então, o MEC impõe várias reformas educacionais sem dialogar com profissionais do campo educacional e sociedade civil organizada.

Na verdade as reformas educacionais tendem a responder as exigências do mercado, ou seja, Educação voltada a lucratividade e a hegemonia do setor privado, mercantilizando a Educação.

Por fim, têm ocorrido expressivas mudanças no sistema educacional brasileiro. E nesse complexo tem redefinido sua intervenção. Já são muitos os profissionais de Serviço Social que atuam diretamente com as instituições de ensino

seja pública ou privada, dentre algumas estão: Centros municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nas universidades através do estágio curricular, nas equipes interdisciplinares através da formação continuada dos profissionais da educação.

Embora o trabalho do Assistente social na Educação ainda não se tenha ampliado de trabalho em seu aspecto teórico e interventivo, como se documental e de campo o profissional tem realizado um trabalho que não se restringe à escola, com o denominado Serviço Social Escolar, mas vem passando por um processo de reconhecimento da profissão com o seu trabalho fundamental nas secretarias de educação municipal e estadual mediante o assessoramento na elaboração da política educacional.

A inserção do Serviço Social na educação abre espaço para um campo de atuação promissor, sendo possível refletir a natureza política e profissional da função social da profissão. A ação dos Assistentes Sociais na área da educação, guarda por programas e projetos socioeducativo, abrem possibilidade aos assistentes sociais atuarem dentro da política educacional. O assistente social ao atuar na política educacional, necessita de que tenha conhecimento competência, criatividade, ousadia profissional e que compreenda a dinâmica e a complexidade desse campo de atuação do Estado e da sociedade civil. Enfim, a educação tem sido um dos grandes desafios para o assistente social, as definições e construção do trabalho são poucas, a realidade atual necessita impor alternativas de trabalho diante das demandas da escola. Ainda não é reconhecido o espaço de atuação do assistente social no cenário educacional, a conquista por esse espaço ocorre de maneira lenta. Mas diante dos avanços no trabalho dos Assistentes Sociais na educação, fica mais evidente a necessidade da intervenção desses profissionais na política educacional.

A escola carece da definição de um papel e de sua identidade no contexto social, político e histórico. E essa construção depende de um movimento interno, ou seja, do interesse das pessoas envolvidas em construir a identidade da escola e conseqüentemente a construção da identidade dos seus educadores e o grau de reconhecimento da escola. (PIANA, 1990, p.209)

Dessa forma cada vez mais, profissionais de diferentes áreas principalmente o Serviço Social, buscam uma atuação interdisciplinar no campo educacional, onde possam construir um novo saber, colaborando para que as pessoas tornem-se sujeitos da sua própria história. Em seu compromisso de efetivar direito o Serviço Social intervém nas expressões da questão social, seja na atuação nas unidades escolares ou na política educacional. O direito à educação, assim como o direito ao acesso e à permanência na escola, garantida por lei - tanto na Constituição Federal de 1988, quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (lei n.8069\1990) e como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n.9394\1994), tem a finalidade de formar pessoas capazes de exercer a cidadania e a participação na sociedade.

No entanto, em uma sociedade marcada pela desigualdade social, como a brasileira, centenas de crianças e adolescentes inserem-se no mercado de trabalho precocemente, obrigadas a abdicar ao direito à infância e à adolescência, submetendo-se a condições extremamente precárias a fim de complementar – ou, por vezes, garantir - a renda familiar. Nestas condições, inúmeros direitos são violados, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Pela inserção precoce no trabalho, prejudica-se o tempo da educação, do lazer, da cultura; interditando o desenvolvimento integral em condições de liberdade e dignidade. (CFESS/CRESS,2016).

A garantia desse direito exige a análise da realidade política, cultural e socioeconômica. Assim, é necessário aprofundar a discussão da função social da escola, e ressaltar que os altos níveis de pobreza e miséria - que atingem grande parte da população brasileira - não são alheios ao processo educacional. Por conseguinte, visto que o sistema de ensino está, também, constituído em espaço de materialização dos problemas, é que se torna ainda mais relevante a idéia da inserção dos Assistentes Sociais na escola. Devemos, então, aprofundar a relação

entre a escola, família e o Serviço Social. No contexto brasileiro, o sistema de ensino tem se mostrado insuficiente tanto em quantidade (vagas para atender a demanda crescente exponencialmente), quanto na garantia de sua qualidade. As estatísticas do IBGE mostram que, em algumas regiões do Brasil, 60% dos alunos não concluem o ensino fundamental. A evasão escolar é um dos principais desafios a serem superados. Essa adversidade não é resultado exclusivo da (má) experiência escolar: existem fatores referentes a outras mazelas sociais enfrentadas pelos alunos e suas famílias como, por exemplo, a necessidade de contribuir com a renda familiar. Portanto, garantir o acesso, bem como a permanência, desses alunos na escola institui um grande desafio ao Sistema Público de Ensino. Já que é dever Constitucional do Estado prover a educação básica a seus cidadãos, por meio de uma infra-estrutura que permita um ensino crítico e de qualidade.

O Serviço Social, no âmbito educacional, tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais; indicando possíveis alternativas à problemática social vivida pelos educando. O que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar. A atuação do Assistente Social investe para identificar os principais fatores culturais e socioeconômicos que geram diferentes variáveis, como a evasão escolar, o baixo rendimento, as atitudes agressivas. Esses fatores propõem questionamentos complexos, que necessitam de intervenção interdisciplinar e conjunta entre os profissionais da área (educadores, assistentes sociais, psicopedagogos e psicólogos), a família e os representantes governamentais a que se logre efetividade às ações. Buscava-se, há muito, a consolidação da figura do assistente social nessa área.

Entretanto, materializa-se somente na década de 1990, quando o projeto ético-político profissional se consolida e torna visível a inserção da categoria na área da Educação. Este processo está ligado às transformações que ocorreram na sociedade, relacionadas ao capital e aos movimentos de reforma neoliberal do Estado; que afetam as políticas sociais, particularmente, a Política de Educação como direito social. Ao possibilitar o encaminhamento aos serviços de assistência, o Serviço Social, quando inserido na realidade escolar, se torna fundamental na garantia do direito à educação, principalmente na rede pública. Portanto, é clara a importância da atuação do Assistente Social como parte integrante - ativa - da equipe no sistema educacional, na construção de um sistema educacional socialmente inclusivo. Nessa trajetória da inserção do Serviço Social na educação,

dada a notória atuação do assistente social desde sua origem, na década de 1930, inserir o serviço social na educação faz parte de uma discussão histórica dos conselhos profissionais reconhecidos como conjunto CFESS/CRESS¹. Essa conquista de espaço gera desdobramentos como a constituição de comissões temáticas grupos de trabalho, e várias proposições nos encontros nacionais da categoria profissional.

Uma das referências desse processo histórico, é o crescente número de trabalhos inscritos nos congressos brasileiros de assistentes sociais (CBAS) desde 1995. No ano de 2001, durante o 30º Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS, a categoria apresentou pela primeira vez propostas à inserção do Serviço Social na Educação, ao se constituir pelo CFSS um grupo de estudo do tema Serviço Social e Educação, gerador da brochura intitulado “Serviço Social na Educação.” O objetivo desse documento era contribuir com a discussão ao problematizar questões como a função social da escola, a educação como um direito social, a contribuição do Serviço Social na garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do assistente social. A assessora jurídica do CFSS, Sylvia Terra, assina o parecer jurídico de nº 23/2000, sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio; mostrando a importância desta inovação a partir das atribuições relacionadas à atividade profissional estabelecidas nos Art. 4º e 5º da Lei 8662/1993. Esse parecer foi incorporado ao documento Serviço Social na Educação. O professor Ney Luiz Teixeira de Almeida foi convidado pelo CFESS em 2004 para prestar uma assessoria na elaboração de um parecer acerca dos projetos de lei que discutiam a inserção do/a assistente social na área de Educação. Essa assessoria teve como resultado o parecer onde são sinalizados algumas recomendações ao conjunto CFESS/CRESS, destacando a necessidade de amplo processo de mobilização da categoria profissional. Almeida afirma que:

¹ Conjunto CFESS/CRESS
Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)

É de fundamental importância um amplo processo de mobilização da categoria profissional em torno deste tema, não só com o intuito de transformar expectativas em adesão, mas com o de instrumentalizar os assistentes sociais quanto ao significado político desta aproximação. Entendendo que o referido processo não diz respeito apenas ao âmbito do mercado de trabalho, mas ao conhecimento necessário sobre a educação, a política educacional e as possibilidades e demandas para a atuação dos assistentes sociais. Pode compor uma importante estratégia e organização de comissões de assistentes sociais que atuam, ou tenham proximidade e interesse nesta área, junto aos conselhos regionais de Serviço Social, conforme já ocorre em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. (2004, p.51)

Houve um avanço no sentido da mobilização da categoria profissional, formalizada numa proposta comissão de trabalho composta por representantes de todos os CRESS e CFESS apresentada no 34º Encontro Nacional CFESS/CRESS em 2005 em Manaus –AM. Mas, consolidada somente em 2006, no 35º Encontro, em Vitória – ES, quando finalmente foi aprovada. Ainda assim, o grupo só se concretizou durante a gestão do CFESS- *Atitudes críticas para avanços na luta* (2008/2011) e *Tempo de luta e resistência* (2011/2014).

Nos anos de 2008 a 2009, o GT Nacional sistematizou um quadro referente aos estados e municípios que dispõem de legislações acerca da implementação do Serviço Social na Educação, bem como dos projetos de lei que estavam tramitando no âmbito dos poderes legislativos, municipais, estaduais e nacional, a partir das contribuições do CRESS. Nesse mesmo período, foi solicitado aos CRESS que avaliássemos conteúdos dos projetos de lei em tramitação, e interferissem nas incorreções conceituais - como o equívoco de identificação do Serviço Social com a política de Assistência Social, bem como a necessidade de amplificação da concepção de Serviço Social Escolar para Serviço Social na Educação. Ainda nesse período, foi de suma importância a gestão do GT Nacional frente aos projetos de lei (PLS) e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tramitavam no Congresso Nacional. O conjunto CFESS/CRESS, intensificou a discussão sobre a inserção do Serviço Social na Educação no decorrer dos anos 2010 e 2011, com o GT recomposto em 2011, criaram-se novas estratégias de atuação, fomentando seminários regionais, promovendo assim o debate junto à categoria. Foram realizados eventos acerca do tema em 23 estados, contando com ampla participação de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social. As discussões foram pautadas em questões organizadas pelo GT Nacional, estabelecendo as atividades

em cada região. Sucedeu, assim o I seminário Nacional do Serviço Social na Educação, em Maceió, aos 4 e 5 de junho de 2012, com a participação de 880 assistentes sociais e 220 estudantes.

O seminário trouxe à luz aspectos da crise do capital que afetam a educação, como também particularidades da relação Estado e Sociedade, além da atuação dos movimentos sociais e entidades de trabalho nesta política. A atuação do assistente social nas modalidades de Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissionalizante e Tecnológica e Educação Popular (CFESS) veio à baila como o desafio posto à categoria profissional para consolidar a inserção do Serviço Social na Educação. No mesmo ano de 2012, tramitava na Câmara dos Deputados o projeto de Lei 3466/12, dispondo sobre instituição do Serviço Social nas Escolas Públicas, Entidades Filantrópicas, OSCIPs e Fundações cuja atividade principal seja o provimento da educação. Esse projeto de Lei (PL) tem como objetivo tornar obrigatórias a contratação de assistentes sociais para os estabelecimentos de ensino público. (PL 3466/12). Como culminância desse movimento, a educação foi tema - refletido e problematizado em todo território nacional - do dia do assistente social em 2012.

“Educação não é mercadoria. Assistentes sociais na luta por uma educação pública, gratuita, laica, presencial, de qualidade e a serviço da classe trabalhadora.” (Relatório do 40º Encontro nacional do conjunto CFESS/CRESS).

Assim, a proposta de ter o Serviço Social atuando nas escolas tem, entre tantas atribuições, a atuação do profissional de maneira crítica educativa e reflexiva; sempre levando em consideração a realidade socioeconômica e cultural da comunidade onde estão inseridos, buscando ações voltadas para os alunos e seus familiares, detectando problemas como atitudes e comportamentos violentos, vulnerabilidades às substâncias ilícitas, etc.

2.4 OS DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.

O texto Subsídios para atuação dos assistentes sociais na Educação, nos traz a reflexão quanto os desafios postos as assistentes sociais quando inseridos na Política de Educação. Ao falar em Educação compreendemos que:

A educação é um complexo constitutivo da vida social que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. (RIBEIRO et al. 2011, p.16)

Desta forma a função social da educação é marcada pelas contradições, pelas lutas e pelos projetos societários; as instituições educacionais são consideradas espaços privilegiados de objetivações.

Daí um desafio ao assistente social que atua na Política de Educação, compreender as estratégias disfarçadas, com intuito de dispor de condições de permanência na educação escolarizada. Outro importante desafio para o assistente social atuando na educação é o reconhecimento dos sujeitos coletivos, suas lutas no campo educacional para obter articulações junto a eles.

A garantia da qualidade da educação que deve pautar a atuação profissional se ancora na perspectiva de uma educação que contribua para emancipação humana e que não prescindia para tanto da apropriação, da classe trabalhadora, do acervo cultural, científico e tecnológico produzido pela humanidade. (RIBEIRO et al. 2011, p.44)

Essa qualidade na educação, não faz referência somente a formação intelectual, habilidades cognitivas e conteúdos formativos, ela se refere também, a produção de valores e práticas sociais, o respeito às diversidades humanas, aos direitos humanos, a orientação e expressão sexual não racista não homofóbica, por isso, são de fundamental importância no processo da emancipação humana.

Coloca-se como um grande desafio profissional aos assistentes sociais que atuam na Política de Educação compreender as estratégias forjadas no sentido de se assegurar as condições de permanência na educação escolarizada para além do nível ou modalidade ao qual se vincula diretamente, tomando-as como expressão das desigualdades que atravessam a política educacional e que, em última instância expressam as desigualdades sociais que estas políticas contribuem para reproduzir. Igualmente importante é o desafio de reconhecimento dos diferentes sujeitos coletivos e dos processos de luta no campo educacional e consequentemente tecer articulações profissionais com os mesmos. (RIBEIRO et al. 2011, p.43)

Portanto, torna-se compreensivo, segundo o CFESS, que a inserção do Serviço Social na Política de Educação, assim como de outros profissionais, fortaleça a democratização do espaço educacional, tornando possível o debate da

categoria profissional na perspectiva do projeto ético político, junto ao interesse coletivo em articular com outros sujeitos coletivos a luta contra a barbárie no capitalismo e assim contribuir para construção de uma política pública de educação emancipadora, necessária na materialização de uma sociedade fundada na liberdade, justiça social, equidade e plena expansão dos indivíduos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Neoliberalismo é uma corrente político-econômica que passou a ser sistematicamente implantada nos países ocidentais em resposta à crise dos anos 1970; calcada em princípios como a desregulamentação da economia, a mínima intervenção estatal, a privatização, a redução de impostos, o incentivo à competição e a obtenção de lucro. Como não se reduz a pacotes econômicos, mas a um modo de reconstruir e reorientar a sociedade, alcança grande influência na formulação de políticas públicas de cunho social. A Educação tem sido um dos seus alvos principais. Tal ideologia tem entrado nos ministérios, nas secretarias e nas escolas com tal força que autores como Tomaz Tadeu da Silva (1994) escrevem que estamos diante de uma “ofensiva neoliberal”.

A cartilha neoliberal tem subordinado a Educação aos interesses de mercado, do mesmo modo que essa ideologia tem balizado os princípios e os valores educacionais, em todos os níveis e categorias. A formação crítica, assim, é progressivamente substituída por uma formação tecnicista, com tendências à especialização e ao estreitamento curricular: disciplinas como Sociologia e Filosofia, por exemplo, são vistas como inúteis ou, quando não, veículos de propaganda ideológica. Prioriza-se, assim, disciplinas como a Matemática em detrimento das que são menos voltadas para um fim imediato - ou de mercado - e mais para a formação humana e crítica. Ao dissimular uma imensa carga de ideologia que se esconde sob currículos moldados por princípios como competitividade, mérito e eficiência, as políticas neoliberais têm instaurado um novo tipo de gerencialismo nas instituições educacionais: certas competências docentes, como a experiência prévia, são desvalorizadas em prol de práticas gerenciais pouco específicas, como “inovação” e “empreendedorismo”. As instituições educacionais submetem-se, sistematicamente, a serem avaliadas por testes nacionais, como o ENADE, de larga escala, alheios as suas rotinas e projetos pedagógicos, elaboradas a fim de e ranquear as escolas; conferindo-lhes valor de mercado. Vemos que a “ofensiva neoliberal” tende a reduzir drasticamente a qualidade intelectual da Educação, em prol de uma qualidade mercadológica; visando resultados rápidos e direcionados aos interesses empresariais.

As políticas públicas formuladas no contexto brasileiro, seus efeitos, suas críticas e por que a atuação do Assistente Social na escola é arma contra a implantação progressiva de tal agenda é o desafio lançado que precisa ser empreendido. É nesse cenário que os assistentes sociais estão sendo convidados a colaborar de forma consistente com o processo de elaboração e execução da política educacional que reflita as expressões da questão social. Com base na sua formação teórico-metodológica, técnico-operativa e seu posicionamento ético-político, alcança uma possibilidade de decifrar mais claramente a realidade dos processos sociais em sua totalidade. O assistente social compreende, por exemplo, que, problemas comportamentais dos alunos, crianças que não se “ajustam” ao modelo pré-estabelecido pela escola, refletindo em baixo nível de aprendizagem e até mesmo na evasão escolar desse aluno, podem ter sua decorrência de uma situação em que há toda uma historicidade, que deve ser investigada pelo assistente social que, em parceria com os gestores, professores, e demais membros da comunidade escolar, promoverá debates e buscará estratégias para dar respostas qualificadas às demandas apresentadas; trabalhando na efetivação dos direitos sociais dos atores da escola. Tarefa que o professor tenta desempenhar hoje, sozinho, dadas as demandas e realidade, mas não consegue encontrar as devidas respostas. Para um efetivo enfrentamento, aguardam-se os dispositivos legais para coroar a trajetória dessa luta histórica dos Assistentes Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Disponível em : <http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_pe rspectivas_socio_ocupacionais1.pdf> Acesso em: 30 de outubro de 2018.

AMARO, Sarita. SS na educação: bases para o trabalho profissional. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2011. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/pamallasheron/servio-social-na-educacao-bases-para-o-trabalho-profissional-sarita-alves-amaro>> Acesso em: 6 de novembro de 2018

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>.> Acesso em: 20 de novembro de 2018.

Behring, Elaine Rossetti. Políticas Sociais: fundamentos e história/Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti – 9ed – São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social, v2)

BEZERRA, Juliana. Disponível em:<<https://www.todamateria.com.br> > Economia>. Acesso em 15 de abril 2018.

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases –LDB/1996: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm acessado em março de 2018.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n121/0101-6628-sssoc-n121-0007.pdf>> Acesso em: 29 de outubro de 2018.

FREIRE, Paulo. Política e Educação: ensaios. São Paulo: Cortez, 1993. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://forumeja.org.br/files/PoliticaeEducao.pdf>>. Acesso em: 7 de novembro de 2018.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação; Manual do usuário. In: Plano Escola S.A. Quem ganha quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Cante Brasília, 1996 Escola S. A. páginas 09 – 49.

HAYEK, Friedrich August Von. O Caminho da Servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 150.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: 30ª. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela et al. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional: 17. ed – São Paulo, Cortez, 2009.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/a-educacao-para-alem-do-capital-istvan-meszaros.pdf/view>>. Acesso em: 19 de novembro de 2018.

NOVAIS, Liliane Capilé Charbelet al. *Serviço Social na educação*. Brasília/DF, 2001. 32

PIANA, Maria Cristina. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: OLHARES QUE SE ENTRECruzam. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view%20File/136/187>>. Acesso em: 14 de novembro de 2018.

RIBEIRO, Alessandra et al. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. CFESS, 2011.

ROSENMANN, Marcos. Disponível em: <latinoamericana.wiki.br/es/.../marcos-roberto-roitman-rosenmann>. Acesso em: 24 de maio de 2018.

SANTOS, et al. A inserção do Serviço Social na política de educação na perspectiva do conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. *SER Social*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012.

SANTOS, Maria Elisa; MESQUITA, Marylucia; RIBEIRO, Alessandra. Inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do conjunto CFESS/CRESS. Brasília, v.14, 2012, 258 p.

SANTOS, Nelma Souza dos. Serviço Social e educação: contribuições do assistente social na escola. 2012. Disponível em: <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_015/artigos/pdf/Artigo_10.pdf> Acesso em: 11 de novembro de 2018.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica*, 5ª.ed. Campinas, Autores Associados, 1995. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Katia_Sa2/post/What_methods_have_you_found_effective_for_helping_students_improve_critical_thinking_skills/attachment/59d6386e79197b8077995a54/AS%3A397641637744640%401471816562081/download/Dermeval+Saviani+-+Pedagogia+hist%C3%B3rico-critica+primeiras+aproxima%C3%A7%C3%B5es+%5B11%C2%AA+ed+revisada%5D+%281%29.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2018.

SIMONE, Eliza do Carmo Lessa; SOUZA, Rafaella Peres Ennes. GOLPEANDO A EDUCAÇÃO PÚBLICA: IMPACTOS DO GOVERNO ILEGÍTIMO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social.v.1,n.1,2018.Disponível em:< <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20141/13474>> Acesso em: 19 de novembro de 2018.

SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e educação: uma questão em debate. *Interface*, Natal, v. 2,n.1,jan./jun.2005. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php?journal=interface&page=article&op=view&path%5B%5D=27>> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

Ficha catalográfica automática - SDC/BRO

Barcellos, Andréia Motta

Serviço Social e Educação: A Atuação do serviço social na educação no neoliberalismo / Andréia Motta de Barcellos; Ionara Fernandes dos Santos, Orientadora; Bruno Ferreira Teixeira, coorientador. Rio das Ostras, 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Humanidade e Saúde, Rio das Ostras, 2018.

1. Neoliberalismo e Educação. 2. Serviço Social na Educação: Demandas e Enfrentamentos. Santos, Ionara Fernandes, Orientadora. Teixeira, Bruno Ferreira, Coorientador. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Humanidades e Saúde. Departamento Interdisciplinar.

CDD –